

**A “VILA ÁFRICA” NA PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS: TERRITÓRIO,
RACIALIZAÇÃO E MEMÓRIA EM TAQUARA (RS).**

Taiane Naressi Lopes

PPGH - UFRGS

Às margens da ERS-239 localiza-se a rua Miguel Bauer na cidade de Taquara/RS que compõe a região do Vale do Paranhana - região esta em que a predominância da colonização alemã e portuguesa são muito evidentes e presentes em sua identidade. A rua que até a atualidade é percebida popularmente como "Vila África" por se constituir em sua maioria, por famílias de moradores negros, nos apontam para os objetivos desta pesquisa que através da memória e oralidade tentará compreender as dinâmicas que envolvem a formação de um território negro.

Estes lugares posteriormente nomeados como territórios negros se encontravam próximos aos centros urbanos que, ao longo da transição dos séculos XIX para o XX, foram alvos das constantes investidas por parte do Estado em atender uma demanda de higienização social que visava o deslocamento e a exclusão da população negra no Brasil para as periferias das cidades. Tendo como suporte para estas políticas de marginalização as noções que conceitualizavam a raça, foi neste período de pós-abolição que estas relações se intensificaram.

Através de entrevistas junto das famílias descendentes dos primeiros moradores da “Vila África” pretende-se perceber através das experiências de quatro mulheres negras, as disputas envolvendo, para além da formação do território negro, os outros mecanismos de (re) existência em uma sociedade racializada. Juntamente a este contexto que abrange as décadas de 1960 – 1975, no mesmo município, existiu a Sociedade Bailante Flor do Sul, espaço que promovia a sociabilidade para a população negra taquarense, estando muito presente nas memórias das entrevistadas.

Portanto o uso da metodologia da História Oral e utilização de outras fontes como a imprensa se faz necessário para atingir os objetivos propostos desta pesquisa que versa

sobre compreender a formação de um território negro juntamente com suas relações, presente em uma região que apresenta e aciona em sua identidade forte influência da descendência europeia.

Taquara na lógica do “projeto pioneiro”.

Estas políticas de fomento da imigração para determinadas regiões do Brasil, encontraram no sul e sudeste lugares em que essa prática estava direcionada por apresentar diversos fatores que contemplavam as expectativas como o clima, localização e economia de fácil adaptação para os cidadãos estrangeiros¹.

No sul do Brasil foram fundadas colônias através da “frente pioneira”, projeto em que podemos incluir a região do Vale do Rio dos Sinos e Paranhana, onde atualmente está localizada a cidade de Taquara – RS. Esta região recebeu um contingente de imigrantes alemães oriundos de São Leopoldo, que não comportava mais a grande demanda de suas famílias, fazendo com que as mesmas adquirissem terras próximas para o desenvolvimento de pequenas propriedades que empregavam o plantio de fácil manuseio como é o caso das plantações de mandiocas, milho e etc².

Justamente por esta lógica que a história de emancipação da cidade esteja muito vinculada ao trabalho do imigrante branco alemão e não aos dos trabalhadores negros que aqui já se encontravam, pois, os mesmos também se organizavam de outras formas, dentre elas no formato de quilombos³.

¹ Marcus Vinícius Freitas da Rosa em sua tese analisa os discursos de bacharéis republicanos como Joaquim Francisco de Assis Brasil, Alcides de Mendonça Lima e Alfredo Augusto Varela de Vilares como porta-vozes de um projeto de identidade nacional e regional, onde a construção do RS como região apta para receber os imigrantes também tinha como objetivo a invisibilidade da presença negra. Ver mais em: ROSA, 2014.

² Em artigo intitulado: Povoamento pioneiro das Terras do Mundo Novo, Dóris Rejane Fernandes introduz o Vale do Paranhana como espaço de disputas e de investimentos de particulares visto que a região fornecia sua produção à capital da província. Ver mais em: FERNANDES, 2008.

³ Segundo o sociólogo Rogério Santos e o Historiador Ricardo Charão, a região que compreende Novo Hamburgo e Taquara havia muita concentração de negros libertos que encontraram a região dos Vales para se fixarem após a abolição. Os quilombos situados em Taquara chamam-se “Paredão Baixo” e “Quilombo da Vó Anita”.

Existem trabalhos recentes de pesquisas⁴ sobre o convívio destes imigrantes europeus com a população negra que já se encontrava nestas localidades, inclusive existem estudos voltados para a possibilidade destas famílias (de imigrantes) no período que antecede a abolição, empregarem a mão de obra escravizada de famílias negras e que no pós abolição permaneceram com a mesma lógica da servidão em troca de recursos básicos como a alimentação e a moradia⁵.

Estas relações estão presentes nas memórias de Dona Erci Francisca da Silva, mulher negra nascida em 02 de julho de 1946 no interior do município de Taquara. Sua mãe, Dona Otilia da Silva, juntamente com seus dez filhos moravam no distrito do Rio da Ilha, interior do município:

[...] nós era uma turma, nós era dez irmão e minha mãe tava esperando meu irmão mais novo, nem conheceu o pai, nós era tudo pequeno, o irmão mais velho tinha 14 anos, que já faleceu. Daí vivemo uma vida muito difícil, passamo fome, passamo trabalho, sabe? A vida meio rejeitada assim, sabe? A gente teve uma vida muito sacrificada, meu pai não tinha assim, aposentadoria nem nada e nós vivia nas terra dos outros zona rural, e daí passemos muita fome, muita dificuldade [...] (Trecho entrevista D. Erci, 2017)

Conforme seu relato, sua família dependia do cultivo do alimento para a sobrevivência e permanência no local onde viveu maior parte da sua infância, mesmo sendo um relato longo, acho importante reproduzir o mesmo para melhor entendimento das dinâmicas e necessidades que a família que se deparou:

[...]Nós era piquinho deste tamanho assim ó e nós tinha que ir pra roça, meu pai cavocava no chão pra mim ir plantando o aipim e daí nós.. daí minha mãe contava os pedaço de aipim assim e meu pai ia cavocando no chão com aquilo longe e cumprido , ia cavocando no chão, nós ia depois do meio dia e só vinha de noitezinha, e quando vinha a gente tinha que trazer lenha pra fazer fogo, sabe, uma coisa e outra, quando era época de tentar plantar mais feijão , aipim, batata – doce e daí ele ia cavocando e a gente seguia botando os pedacinho de

⁴ FREITAS, 2016.

⁵ CUNHA, GOMES, 2007.

aipim ali dentro e tampando e tampando dentro da covinha né..[Sim] Mamãe cortava e a gente pegava um balainho e ia botando dentro e daí aquilo ali servia pra nós pra quê? Porque armazém..pra gente ir num armazém que nem nós, nós morava lá no canto da Sta Rosa divisa com Tucanos e tinha que sair a pé pra ir no armazém, nós vinha prá cá de manhã e chegava em casa meio dia né então quando mamãe fazia pão, naquele tempo pão não tinha farinha de trigo, não tinha moinho, pão era farinha de milho com batata-doce, essas coisas assim sabe? [Sim] Então nós não tinha pão, não se comprava pão naquela época, então de manhã era café com aipim, no outro dia era café com batata doce ou com feijão mexido era assim que ...[você tavam sobrevivendo] E o café com...e daí a dona da.. Dona da fazenda lá dava leite pra nós e daí porque a plantação o meu pai plantava não era só pra nós era pros donos da fazenda, ele tinha que plantar roças grandes e daí ela dava leite pra nós e nós comia leite com farinha de mandioca, o outro pegava leite quente e botava farinha de mandioca e comia leite com farinha de mandioca, polenta de farinha de milho porque daí tinha, plantava milho, mandava num moinho, meu pai era vivo e mandava num moinho e moinha farinha de milho e fazia farinha de milho né, não essas fininha que tem hoje, era aquela grossa e daí fazia polenta e comia com leite né.. e o que vinhesse era lucro pra nós sabe?[...] Muita necessidade, a vida.. e daí não tinha oportunidade de ninguém sabe? Não tinha oportunidade de ninguém porque na verdade a vida do negro foi assim: a escravatura foi assim ó: eles libertaram o negro mais..[aff] sem nada! E ia viver de que jeito? Era a mesma coisa ou duma escravidão, não vende, aí não davam mais os filhos, não vendiam mas a necessidade continua a mesma, como se fosse escravo, né? [...] (Trecho entrevista D. Erci, 2017)

Estas memórias que D^a. Erci aciona acabam por colaborar ainda mais com o fato de que as experiências comuns a homens e mulheres negras ao longo deste período refletiam os resquícios e noções do cativo, onde as relações de trabalho fora transposto a um contexto que as identidades sociais são acionadas com a finalidade de estabelecer as hierarquias de poder similares ao antigo sistema, que tinha como elementos para a exploração o critério racial.

No decorrer do depoimento outras questões são levantadas por D^a. Erci, que perpassam a infância difícil no interior da cidade, a morte de seu pai e a decisão tomada por sua mãe em sair do interior e morar perto do centro do município.

Este deslocamento também se dá pelo fato de que a cidade representava uma oportunidade de melhora no dia a dia desta família, trazendo alternativas de sobrevivência para além do cultivo e manuseio da terra. Este movimento de migração campo – cidade fora uma das alternativas adotadas pela população negra visto que a inserção de indústrias e modernização da mão de obra estava chegando

na região através de ferrovias, fábricas e comércio local.

[...] até que foi ficando mais adulta né e daí depois que com o tempo que começou as fábrica mesmo pra.que começaram a bota gente pra trabalha em Igrejinha e Taquara, essa época aí eu tava com 20 anos quando eles começaram a botar gente nas fábrica e daí..porque no começo só tinha umas ali em cima, a Chaplim.. Uma outra fabricazinha aqui em baixo, então quem tinha serviço tinha e quem não tinha, tinha que se virar do jeito que pudesse né![...]
(Trecho entrevista D. Erci, 2017)

A inserção da mulher negra nos espaços públicos se deu muito antes da abolição, e neste contexto também não foi diferente. Agora morando na cidade, a família de Dona Erci e seus irmãos encontravam meios para permanência. Dona Erci desde muito nova trabalhava em “casas de família” para ajudar no orçamento da casa. Esta prática fora muito comum e delegada às mulheres negras justamente por estas apresentarem maior mobilidade nos espaços públicos sem carregar o estigma da cor atrelada ao indivíduo suspeito, criminoso ou vadio, como era as atribuições no caso dos homens negros⁶.

Mulheres Negras no protagonismo da História

Está sendo desafiador e tem gerado uma série de questionamentos quando penso no modo de estar na escrita deste texto. Estou a discorrer sobre vida de mulheres que a passos muito longe definiam suas liberdades e modos de existência. Diferentemente das mulheres/feministas brancas que, nos primeiros movimentos, suas pautas estavam voltadas aos direitos políticos, morais e sexuais. As mulheres/feministas negras por não se reconhecerem dentro destes movimentos dito como representativos, reivindicaram dentro das organizações negras como a Frente Negra Brasileira na década de 1930 por exemplo, o espaço para as discussões que envolviam as posições dentro do movimento.

O uso do termo feminismo quando abordamos algum tema envolvendo mulheres negras nas pesquisas não é consenso entre estas mulheres. Pois o feminismo, segundo algumas autoras como Moreira (2011), assume uma postura homogênea e direciona suas demandas para pautas onde não se prioriza o viés racial. O uso do termo feminismo também está muito atrelado aos aspectos da colonialidade de agir/pensar diante das

⁶ NAPOMUCENO, 2012.

questões que envolvem as mulheres negras enquanto sujeitos.

Por muito tempo o feminismo enquanto movimento em disputa, utilizou-se do gênero enquanto categoria como fator de unidade entre as mulheres, fazendo com que as percepções das diferenças fossem suprimidas pela forma de organizar hierarquicamente as análises, ou seja, o gênero segundo Lugones (2015), torna-se uma imposição colonial quando adota como referência a dicotomia entre homem x mulher como parâmetro social de civilização, pertencimento e cidadania. Ora, como bem sabemos esta noção de civilidade não incluía homens e mulheres negros (as) que se organizavam de diferentes formas sociais e culturais, diante do olhar da colonialidade, sua existência e humanidade sempre lhe eram negados⁷.

Nesta pesquisa estamos percebendo as trajetórias das mulheres negras que serão referenciadas ao longo da escrita, como uma possibilidade de criar fissuras nas formas de pesquisas convencionais, onde encontramos referências – principalmente no campo da historiografia – ainda muito eurocêntricas. Devemos lembrar que o fato de não questionar/levantar dúvidas a respeito das formas como se dirige à estas mulheres enquanto corpo humanizado e dotado de experiências, fazem parte das nossas escolhas de posicionamento teórico, onde podemos perceber o compromisso e o cuidado que envolvem a postura do pesquisador.⁸

Portanto ao trazer trajetórias e experiências de vida de mulheres negras devemos evitar utilizar o gênero enquanto categoria de análise, mesmo este sendo muito útil para percebermos as estruturações de poder nas relações sociais e nas demais pesquisas que visam perceber os movimentos de mulheres pelo viés das construções das identidades sociais.⁹

Tenho como referência para esta escrita o pensamento de mulheres negras que atravessaram todas estas disputas pelo espaço e reconhecimento dentro dos movimentos

⁷ Podemos incluir o que Lugones (2015), define o gênero como um dos mecanismos acionados pela colonialidade que compreende o sistema/categoria não somente hierárquico, mas onde a diferenciação racial nega o gênero às colonizadas, propondo superar esta categoria rumo a um feminismo descolonial percebendo como as pessoas resistem à colonialidade do gênero nas formas de ver o mundo e experiências compartilhadas. Ver mais em: LUGONES, 2015.

⁸ SEGATO, 2012.

⁹ SCOTT, 1989.

do século XX, que para além de agregar na luta antirracista incorporaram na pauta de seus movimentos, seu espaço político questionando as experiências comum de ser mulher. A autora e feminista negra Lelia Gonzalez denuncia a situação das mulheres negras no Brasil através de suas representações, tendo como objetivo (re)construir uma nova ótica sobre a história do país a partir das percepções das mulheres negras.

Estas mulheres estão produzindo formas de pensar e perceber suas presenças, que se afirmam dos mais diversos modos, apontando principalmente para as definições equivocadas do pensamento dominante/colonizado. Este movimento contra hegemônico das mulheres negras traz questões que envolvem os lugares de fala, a escrita, os estereótipos e os discursos construídos em torno de suas experiências sendo seu atual enfrentamento o rompimento com o imaginário social do corpo, para que seja possível pontuar para além das diferenças, ressignificar a identidade feminina negra.¹⁰

Podemos pensar sim sobre a formação histórica de nosso país para além da escravidão, como a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto no documentário “A Última Abolição” afirma que “a escravidão não é o lugar de origem das pessoas negras. A gente precisa exercitar a capacidade de imaginar o passado também a partir do sentimento, da experiência e da liberdade.” Neste sentido procuro sensibilizar a escrita e as formas de percepção a fim de não criar apenas um “outro” sujeito a ser pesquisado mas sim perceber suas mais diversas formas de ser, estar, transgredir os saberes dados e impostos.

Porém menciono aqui o fim da escravidão no Brasil para elucidar o emprego do conceito da raça que perpassou os séculos adaptando-se ao domínio colonial e que agora, com o advento da República, precisou ganhar força e adesão das elites intelectuais, Estado e demais sujeitos que compunham a sociedade brasileira no século XX¹¹ para justificar as desigualdades sociais que se tornou mais do que evidente e necessária para manutenção dos privilégios.

Ainda se tratando da formação da República, Segato (2012), afirma que esta nova formação da estrutura política nos fins do século XIX assentou-se como herdeira direta da influência e domínio ultramarino, debilitando e criando outras dependências e

¹⁰ Café Filosófico: Socióloga Núbia Regina Moreira – Feminismo Negro no Brasil, 2016 - <https://www.youtube.com/watch?v=TQa0La1YIFw>

¹¹ CARVALHO, 1990.

intervenções a partir da modernidade como discurso de práticas liberais e capitalistas.

O período de transição entre os séculos foi marcado por crises que proporcionaram transformações políticas, econômicas e sociais, porém estas mudanças não estavam acessíveis a todos. A população negra liberta encontrava mais um obstáculo criado pelas políticas de governo agora na recém-formada República: cada vez mais as ideologias eugenistas ganhavam adeptos em solo brasileiro; a concepção de raça passara para além do plano biológico e era cientificizada por intelectuais e por diversas instituições nacionais para justificar as desigualdades, barrando o acesso da população negra aos direitos básicos enquanto cidadãos.

Vários intelectuais dedicaram boa parte de suas vidas para tentar entender e desenvolver estudos que abordassem as intenções e as necessidades de ter uma nação brasileira homogênea e cordial logo no início do período republicano. Muitos deles acabaram por criar uma imagem nacional atrelada ao convívio harmonioso e pacífico entre portugueses, indígenas e negros, contribuindo para o que hoje conhecemos como Democracia Racial¹², ou seja, as relações estabelecidas neste período não teriam a conotação de disputas de poder entre dominações e resistências, o que acabou por dificultar ainda mais a percepção de uma sociedade estratificada racialmente¹³.

Encontramos publicações e pesquisas voltadas para a situação da população negra brasileira por volta da década de 1970 dentro do campo da sociologia, onde através de uma ótica de classe e valorização da superestrutura - afim de explicar a funcionalidade do capitalismo, acabou negligenciando as trajetórias e protagonismos desta população, fazendo com que suas representações se restringissem às coisificações sociais e subjetivas¹⁴.

Ainda dentro destas representações, encontramos a mulher negra sendo objetificada pelo olhar masculino e tendo seus corpos e significados reduzidos ao estereótipo dos papéis que exerciam. Por muito tempo, devido à forte influência e

¹² Gilberto Freire em seu livro clássico: Casa Grande e Senzala publicado em 1933 aborda questões referentes ao cotidiano brasileiro e os impactos da miscigenação na formação cultural do país. Ver mais em: FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. 2005.

¹³ Para Guimarães o conceito de raça não faz sentido se não dentro de uma teoria racista que deve ser creditada a construções socioculturais eficazes para construir, manter e reproduzir privilégios e diferenças, não são escolhidos pelos sujeitos, mas são assumidos pelo mesmo. Ver mais em: GUIMARÃES, 1999.

¹⁴ FERNANDES, 1972; CARDOSO, 1977.

aceitação do discurso da Democracia Racial, estas mulheres foram representadas através das noções de mulata, doméstica ou mãe preta. Estas referências acabam por exercer uma violência simbólica que tem como intenção reduzir seus protagonismos aos papéis de subalternidade tornando-a natural e inerente a essas mulheres¹⁵.

Estudos sobre o período do Pós – Abolição e/ou Emancipação são recentes em nossa historiografia¹⁶, inclusive esse interesse nas pesquisas sobre este tempo surgem da necessidade de entender as formas de organização e disputas de espaço dentro de uma sociedade que ao passo que recusava a ideia de raça em suas relações alegando a igualdade, correspondia aos marcadores sociais de diferenciação.

Perceber o surgimento dos espaços de resistência que se forjaram de diversas formas como os clubes sociais negros, associações, círculos operários, times de futebol, imprensa negra e tantos outros se faz mais que necessário para entendermos essas interações e, para além disto, valorizarmos a trajetória de indivíduos e suas experiências enquanto protagonistas de suas próprias histórias.

Dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) evidenciam que mais da metade da população do país é negra e constituída em sua maioria por mulheres, estas mesmas que endossam altos índices de desemprego, baixa escolaridade e vulnerabilidade social, tendo sua representação nos espaços públicos - ainda que já se tenha avançado através dos movimentos sociais e institucionais via políticas públicas - distante da equidade quando comparada ao acesso de homens e mulheres brancos(as)¹⁷.

As mudanças são recentes no que se refere a diminuição destas desigualdades, nos últimos quinze anos, juntamente com a estabilidade econômica, percebemos transformações no sentido estrutural (economia e mercado de trabalho) quanto no sentido ao acesso a oportunidades, como as cotas no ensino superior.¹⁸

¹⁵ Lélia Gonzales em sua publicação intitulada: Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira aborda aspectos das relações entre dominantes e dominados apresentando os motivos que fazem a democracia racial ser tão bem aceita e divulgada. Segundo a autora os textos publicados com este assunto abordavam a questão da mulher negra somente através do viés socio-econômico, e não avançavam para questões mais profundas e complexas que envolve as noções de representação das mulheres negras. Ver mais em: GONZALEZ, 1984.

¹⁶ Desde a criação do GT Emancipações e Pós-abolição, da Associação Nacional de História (ANPUH) no ano de 2013, vem crescendo o número de pesquisas que buscam observar as agências negras tanto no mundo da escravidão bem como a partir do 13 de maio de 1888. Sobre o manifesto do referido GT, ver: <https://emancipacoeseabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>.

¹⁷ Ver tabelas e índices de comparação: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html

¹⁸ LIMA, PRATES, 2015.

Perceber as experiências destas mulheres como um instrumento para refletir sobre o acesso aos direitos e desigualdades sociais geradas pelo racismo também faz questionar como historiografia pensa o racismo e os aparelhos a ele associados. Por muito tempo somente o negro era visto como gerador e causa dos problemas sociais, hoje novos questionamentos são levantados, no sentido de colocar a branquitude¹⁹ como problema, pois evitar este enfrentamento é isentar-se da discussão que envolve as diferentes dimensões dos privilégios:

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar que as desigualdades raciais no Brasil são problemas exclusivamente dos negros, pois só ele é estudado, problematizado. (BENTO, 2002, p.02).

Abordar o sujeito branco enquanto indivíduo racializado também faz parte e nos ajuda a entender sobre os mecanismos que operam na criação destas desigualdades que tem como base as relações estruturais.

Portanto não basta percebermos as trajetórias destas mulheres negras de forma isolada. Existem questões atreladas a estas trajetórias que extrapolam o gênero como uma categoria analítica e resultante de construções sociais. Existem conceitos cunhados pelo próprio feminismo negro²⁰ que propõe formas de análises interseccionais, ou seja, as desigualdades, opressões e discriminações de gênero, raça e classe fazem parte do mesmo mecanismo do patriarcado/capitalismo.²¹

Portanto este artigo foi um exercício de escrita e reflexão sobre as experiências compartilhadas de mulheres negras que vivem em uma região do estado do Rio Grande do Sul onde, através de elementos culturais, sociais e históricos, acionam uma identidade pautada na descendência da colonização alemã, porém neste mesmo lugar do Vale do Paranhana, no município de Taquara, existem lugares e memórias que remetem a presença negra na cidade, juntamente com a permanência de suas famílias. A partir destes depoimentos podemos

¹⁹ Branquitude também se constitui enquanto identidade, a partir universalização do branco como modelo de humanidade e supremacia econômica, política e social, subjetivando as relações e potencializando a reprodução do racismo a partir da ideia de branqueamento. Ver mais em: BENTO, 2014.

²⁰ HOOKS, 1995.

²¹ COLLINS, 2012.

perceber o quanto a definição de territorialidade negra está sujeita a construção e percepção de seus indivíduos, onde se criam referências e símbolos que dão sentido e significado a estes grupos. (ESCOBAR, 2017)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. BENTO, Maria Aparecida; SILVEIRA, Marly de Jesus Silveira; NOGUEIRA, Simone Gibran. (Orgs.). *Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Documento apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero. Durban (África do Sul), ago. 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas - O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes. (Org.) *Feminismos negros: Una antología*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012, p. 99-134.
- CUNHA, Olivia Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.
- DAVIS, Ângela. A Liberdade é uma luta constante. São Paulo, Editora: Boitempo, 2018. DUSSEL, Enrique. La ética de la liberación: ante el desafío de Apel, Taylor y Vattimo. Universidad Autónoma del Estado de México, 1998.
- ESCOBAR, Giane Vargas. “Para encher os olhos”: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no Jornal A Razão (1960 – 1980). Tese. Programa de Pós Graduação em Comunicação, UFSM, 2017.
- FERNANDES, Dóris Rejane. Tristão Monteiro e o projeto colonizador do Mundo Novo. Raízes de Taquara, Volume I, 2008.
- FREITAS, Ubiratã F. História, pós-abolição e cotidiano; o negro livre na

- sociedade branca no município de Taquara (1888-1920). XIII Encontro Estadual de História: Ensino, Direitos e Democracia. UNISC, 2016.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. 2005.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.
- GUIMARÃES, Antonio S. Definindo o racismo. In: Racismo e Antirracismo no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- GUTFREIND, Ieda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. Estudos Ibero-americanos. PUC. Vol. XVI, n. 1 e 2, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. Da história social a história da sociedade. In: Sobre história. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 83-105.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, n. 2, ano 3, p. 464-478, 1995. HOOKS, bell. Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a plataforma gueto, 2014.
- KAUTZMANN, Maria Eunice Muller. Taquara e um pouco de sua História. In. SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann; BARROSO, Véra Lucia Maciel. Raízes de Taquara. Porto Alegre: EST, 2008.
- LARA, Silvia Hunold. Introdução: a história social e o racismo. *História Social*. Campinas, n. 19, 2010.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v.22, n. 3, p.935 – 952, 2015.
- MARTINS, J, S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, 8, 25-70.
- NAPOMUCENO. Bebel, Protagonismo Ignorado In PRADO, Maria Ligia Coelho. FRANCO, Stella Scatena. Participação Feminina no Debate Público Brasileiro In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria. Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições

Almedina, 2009.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2014.

SANTOS, Roberto. Três pontos de Reflexão sobre o Negro no Brasil: resistência e luta. In: Rio Grande do Sul, aspectos da negritude. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Columbia University Press, 1989.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. “Introducción. (Re) Pensamiento crítico y (de) colonialidad.” Pensamiento crítico y matriz (de) colonial (2005): 13-38.